

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**HELENA DO NASCIMENTO DIAS**

**A PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS EM SUBSETORES DA INDÚSTRIA  
CATARINENSE (2006-2016)**

**CRICIUMA/SC**

**2018**

**HELENA DO NASCIMENTO DIAS**

**A PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS EM SUBSETORES DA INDÚSTRIA  
CATARINENSE (2006-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas, no curso de ciências econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Profa. Giovana Ilka Jacinto Salvaro

**CRICIUMA**

**2018**

**HELENA DO NASCIMENTO DIAS**

**A PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS EM SUBSETORES DA INDÚSTRIA  
CATARINENSE (2006-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel em ciências econômicas, no Curso de ciências econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 25 de Junho de 2018

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. <sup>a</sup> Giovana Ilka Jacinto Salvaro - Doutora - (UNESC) - Orientadora

Prof. Rafael Rodrigo Mueller - Doutor - (UNESC)

Prof. Thiago Rocha Fabris – Doutor - (UNESC)

Dedico este trabalho aos meus pais Maria Terezinha e Enor, ao meu namorado Anderson e a professora Giovana.

## **AGRADECIMENTOS**

São necessárias muitas pessoas para fazer algo acontecer e eu tenho uma sorte incrível por tê-las ao meu lado. Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir tantas oportunidades boas e por ter as melhores pessoas junto a mim. Aos meus pais, Maria Terezinha e Enor, e ao meu namorado Anderson, que sempre me proporcionaram o melhor e nunca mediram esforços para me ver feliz. Obrigada por toda a paciência e confiança depositada, por me suportarem mesmo nos dias em que nem eu me suportava. Não existe EU sem vocês, simplesmente os amo. Minha imensa gratidão à minha orientadora, Professora Giovana, que permitiu com que esse estudo se tornasse realidade. A faculdade proporcionou uma linda amizade, só tenho a te agradecer por tudo, por todas as vezes que te chamei e você sempre estava ali, parecia meu anjo. Obrigada também por conseguir conviver com minha ansiedade e desespero com o desenvolvimento da monografia. Que você continue contribuindo com o crescimento e a formação de muitos profissionais, sendo essa profissional maravilhosa e talentosa que és. Agradeço de coração a todos vocês que de alguma forma contribuíram com a conclusão desta pesquisa.

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo geral descrever a participação socioeconômica de trabalhadoras em subsetores da indústria catarinense (2006-2016). Os objetivos específicos foram: apresentar a população total ocupada por sexo e por subsetores da indústria catarinense no período em análise; comparar a participação de trabalhadoras e trabalhadores por subsetores da indústria; descrever o perfil de trabalhadoras/es por sexo, faixa etária e escolaridade; apresentar e comparar a faixa salarial (SM) de trabalhadoras/es por sexo e por subsetores da indústria. O estudo foi de abordagem quantitativa e de natureza descritiva, por meio das pesquisas bibliográfica e documental. As conclusões principais indicam que, por mais que a participação das mulheres no setor da indústria tenha passado por muitos avanços ao longo dos anos, ainda se verifica a ausência na valorização do seu trabalho exercido, ou seja, permanece a desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres. A contribuição significativa da indústria para o crescimento do PIB e a expansão do emprego de mulheres em diferentes subsetores representa muito, pois tradicionalmente empregam mais homens do que mulheres. De acordo com os dados pesquisados e resultados obtidos, nos subsetores, foi observada a predominância de trabalhadoras em faixas salariais mais baixas e níveis de escolaridade mais altos, quando comparadas aos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Trabalho feminino, gênero, indústria.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação total de trabalhadores/as na indústria metalúrgica por sexo – Santa Catarina (2006-2016).....	27
Tabela 2 - Participação total na Indústria Metalúrgica, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006-2016).....	28
Tabela 3 – Participação total na Indústria Mecânica, por sexo – Santa Catarina (2006-2016).....	31
Tabela 4 - Participação total na Indústria Mecânica, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006-2016) .....	32
Tabela 5 – Participação total na Indústria química por sexo – Santa Catarina (2006-2016) .....	34
Tabela 6 - Participação total na Indústria Química, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006-2016) .....	35
Tabela 7 – Participação total na Indústria têxtil, por sexo – Santa Catarina (2006-2016) .....	38
Tabela 8 - Participação total na Indústria têxtil, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006-2016) .....	39
Tabela 9 – Participação total na Indústria de calçados, por sexo – Santa Catarina (2006-2016).....	42
Tabela 10 - Participação total na Indústria de calçados, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006-2016).....	43
Tabela 11 – Participação total por subsetores da indústria, por sexo em SC 206-2016) .....	46
Tabela 12 - Participação total por subsetores da indústria, por sexo e faixa etária, em SC (2006-2016).....	47
Tabela 13 - Participação total por subsetores da indústria, por sexo e escolaridade, em SC (2006-2016).....	48
Tabela 14 - Participação total por subsetores da indústria, por sexo e faixa salarial, em SC (2006-2016).....	49

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação total na Indústria Metalúrgica, por sexo e faixa etária – Santa Catarina (2006-2016) .....	28
Gráfico 2 - Participação total na Indústria Metalúrgica, por sexo e faixa salarial – Santa Catarina (2006-2016) .....	30
Gráfico 3 - Participação total na Indústria Mecânica, por sexo e faixa etária – Santa Catarina (2006-2016) .....	32
Gráfico 5 - Participação total na Indústria Mecânica por faixa salarial (2006-2016)..	33
Gráfico 6- Participação total na Indústria Química, por sexo e faixa etária – Santa Catarina (2006-2016) .....	35
Gráfico 8 - Participação total na Indústria química, por sexo e faixa salarial – Santa Catarina (2006-2016). .....	37
Gráfico 9- Participação total na Indústria têxtil, por sexo e faixa etária – Santa Catarina (2006-2016) .....	39
Gráfico 11 - Participação total na Indústria têxtil, por sexo e faixa salarial – Santa Catarina (2006-2016) .....	41
Gráfico 12 - Participação total na Indústria de calçados, por sexo e faixa etária Santa Catarina (2006-2016) .....	43
Gráfico 14 - Participação total na Indústria de Calçados, por sexo e faixa salarial Santa Catarina (2006-2016) .....	44



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

MTE	Ministério do Trabalho em Emprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>13</b>
2.1 ECONOMIA E PROCESSO DE TRABALHO .....	13
2.2 MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO .....	16
<b>2.2.1 Categoria gênero na análise da divisão sexual do trabalho</b> .....	<b>16</b>
<b>2.2.2 Divisão sexual do trabalho e a participação feminina no mercado de trabalho: alguns indicadores</b> .....	<b>18</b>
2.3 PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS NAS INDÚSTRIAS .....	20
<b>3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>26</b>
3.1 PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS/ES POR SUBSETORES DA INDÚSTRIA CATARINENSE (2006-20016) .....	26
<b>3.1.1 Indústria metalúrgica</b> .....	<b>26</b>
<b>3.1.2 Indústria Mecânica</b> .....	<b>30</b>
<b>3.1.3 Indústria Química</b> .....	<b>34</b>
<b>3.1.4 Indústria Têxtil</b> .....	<b>37</b>
<b>3.1.5 Indústria de Calçados</b> .....	<b>41</b>
3.2 SÍNTESE COMPARATIVA DA PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS/ES POR SUBSETORES DA INDÚSTRIA CATARINENSE, NO PERÍODO DE 2006-2016 ....	45
<b>3.2.1 Participação total por Indústrias, por sexo – Santa Catarina (2006 e 2016)</b> .....	<b>45</b>
<b>3.2.2 Participação total por Indústrias, sexo e faixa etária – Santa Catarina (2006 e 2016)</b> .....	<b>47</b>
<b>3.2.3 Participação total por Indústrias de calçados, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006 e 2016)</b> .....	<b>48</b>
<b>3.2.4 Participação total por Indústrias, sexo e faixa salarial Santa Catarina (2006 e 2016)</b> .....	<b>49</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Por meio de programas de políticas públicas ou de outras ações, o mercado de trabalho vem se modificando ao longo dos anos. Os trabalhos exercidos por mulheres e por homens sofreram modificações quanto ao espaço ocupado no mercado. No mercado composto por sexos diferentes (feminino e masculino) como trabalhadores/as, pode-se formular a seguinte pergunta de pesquisa: Como ocorre a participação de trabalhadoras em subsetores da indústria catarinense, no período de (2006-2016)?

Como objetivo geral, por meio de pesquisa, buscou-se descrever a participação de trabalhadoras em subsetores da indústria catarinense, no período de 2006-2016. Para atingir o objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: (1) Apresentar a população total ocupada por sexo e por subsetores da indústria catarinense no período em análise; (2) Comparar a participação de trabalhadoras e trabalhadores por subsetores da indústria; (3) Descrever o perfil de trabalhadoras/es por sexo, faixa etária e escolaridade; (4) Apresentar e comparar a faixa salarial (SM) de trabalhadoras/es por sexo e por subsetores da indústria.

Trata-se de um estudo que se caracteriza com finalidade descritiva e delineamento documental. A pesquisa descritiva é uma das classificações da pesquisa científica, na qual seu objetivo é descrever as características de uma população, um fenômeno ou experiência para o estudo realizado (GIL, 2010). A pesquisa documental, de acordo com Gil (2010, p.51), “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Portanto, como procedimentos de coleta de dados, para melhor compreender a dinâmica do processo de segmentação do mercado de trabalho industrial feminino foi realizada uma pesquisa em bases de dados sobre o mercado de trabalho.

A base de dados central utilizada para a realização da pesquisa foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), gerenciada pelo Ministério do Trabalho, o qual disponibiliza informações com um principal objetivo de controlar as atividades trabalhistas do país. Para a coleta de dados, de acordo com os objetivos específicos, foram selecionadas e combinadas as variáveis sexo, faixa etária, escolaridade, faixa salarial, pelos seguintes subsetores da indústria: indústria metalúrgica, indústria mecânica, indústria química, indústria têxtil e indústria de calçados. Por meio da

análise descritiva, foram reunidos e apresentados os dados, utilizando-se índices e taxas percentuais de participação.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo fornecer sustentação teórica ao estudo, abordando os principais assuntos relacionados com a problemática, com destaque para a temática economia e processo de trabalho, mulheres no mercado de trabalho e participação de trabalhadoras nas indústrias.

### 2.1 ECONOMIA E PROCESSO DE TRABALHO

A economia do trabalho é o ramo da economia que estuda as variações no mercado de trabalho, as teorias de determinações do salário e a influência dos aspectos macroeconômicos no mercado de trabalho (KON, 2016). O conceito de trabalho ao longo do tempo vem se modificando, diante das evoluções e civilizações de cada época. “O conceito de trabalho tem raízes históricas, sendo entendido como a forma na qual os homens se organizam para produzir bens e serviços necessários para a sobrevivência humana.” (KON, 2016, p.18).

Sendo assim, o processo de trabalho é geralmente entendido como a atividade humana realizada com o objetivo de produzir uma forma de obtenção de subsistência. O trabalho é definido por Karl Marx como a atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para o seu sustento (MARX,1986). Baseado neste conceito e na necessidade de entender o processo de trabalho relacionado diretamente com a economia, é central compreender o sentido que assume o trabalho e a força de trabalho no modo de produção capitalista.

Para Marx, a estrutura e os conflitos entre classes se distinguia entre trabalho e força de trabalho. A força de trabalho é definida como a capacidade de fazer um trabalho, enquanto o trabalho é a quantidade realizada de trabalho de um indivíduo e, para o capitalista, o objetivo do emprego é maximizar a quantidade de trabalho obtida da força de trabalho.

Desta forma, os trabalhadores vendem sua força de trabalho e os empregadores as compram, por um valor que é definido não pelo tempo que a mercadoria leva a ser produzida, mas sim pelo salário acordado. O trabalho reflete uma relação de mediação entre o sujeito e o objeto de sua necessidade (MARX, 2013).

No modo de produção capitalista, conforme esclarece Marx (2013), também, verifica-se o processo de valorização, pois o capitalista visa ganhar um valor acima do que investiu, ou seja, é necessário calcular o valor do produto ou matéria prima, a força do trabalho que foi necessária para transformá-la no que foi desejado, o tempo hábil e, ao final, este produto terá um valor excedente, denominado de mais valia.

Como cita Marx (2013, p. 431)

O valor do capital foi originalmente adiantado na forma de dinheiro; já o mais valor, ao contrário, existe desde o início como valor de uma parte determinada do produto bruto. Se este é vendido, convertido em dinheiro, o valor do capital readquire sua forma primitiva, mas o mais-valor transforma seu modo originário de existência. A partir desse momento, porém, tanto o valor do capital como o mais-valor são quantias de dinheiro, e sua reconversão em capital se efetua exatamente do mesmo modo.

Ao analisarmos a força do trabalho e sua valorização no processo de trabalho, de acordo com os pressupostos apresentados por Marx (2013), verifica-se que são distintos, ou seja, no ato de comprar esta força, o capitalista já a identifica. O trabalho para possuir valor tem que ser despendido em forma útil e o seu valor de uso como mercadoria é fonte de valor, isto é, mais valor do que ela tinha no passado. Sempre que uma força de trabalho está disponível a venda, ela é alienada a um valor de troca, que é alienado a um valor de uso. Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias. Como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é processo de produção capitalista. Ao longo da história, o conceito “trabalho” vem sofrendo alterações e preenchendo páginas com novos domínios e novos valores.

De forma ampla, pode-se dizer que a história do trabalho, como valor de uso, começa com a busca por meios de satisfazer necessidades humanas e, na medida em que são atingidas, ampliam-se as necessidades a outros homens e criam-se as relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho. Sobre a condição histórica do trabalho, cabe destacar mudanças ocorridas no mundo de trabalho capitalista.

A partir das profundas transformações ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o conceito ampliado de classe trabalhadora não deve se restringir somente aos trabalhadores manuais diretos, mas deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais, que vendem sua força de

trabalho como mercadoria em troca de salário e são pagos por capital-dinheiro, independentemente de a atividade que realizam ser predominantemente material ou imaterial. (ANTUNES, 2014, p 50.)

Na visão de Ianni (1994), foi no fim do século XX e quando se anuncia o século XXI, que a globalização do capitalismo e a globalização do mundo do trabalho, passaram a compreender a questão social. As forças sociais e políticas do capitalismo afetavam diretamente com muita agressividade o mundo como um todo.

O desenvolvimento capitalista tem sido sempre desigual e contraditório, inclusive provocando articulações e tensões de tempos e espaço, contemporaneidade e não-contemporaneidades. Porém, cabe reconhecer que já não é realidade o capitalismo global, implicando novas formas sociais e novos significados de trabalho. (IANNI, 1994 p. 3).

A força de trabalho passou por um desmonte coletivo, e de resistência sindical, é claro que isto é resultado da fragmentação social, e em virtude do crescimento exacerbado do desemprego. Como exemplo, pode-se citar a visão de Alves, apresentada em artigo publicado em 2009:

Na virada para a década de 1990, as reformas neoliberais implementadas a partir do governo Collor e o cenário macroeconômico (recessão ou baixo crescimento da economia num contexto de intensa reestruturação industrial, juros elevados e abertura comercial com a intensificação da concorrência intercapitalista), contribuíram para a constituição de um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego total nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais devido à expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos. (ALVES, 2009, p 190).

Atualmente estamos vivenciando justamente com essa indiferença que há anos nos toma cada vez mais em maior proporção. Esse processo de globalização proporciona mudanças no mundo do trabalho, faz com que ocorram modificações radicais, ou seja, fazem ambos os sexos buscarem por qualificações profissionais, de modo que seja reconhecido, pelo seu trabalho, sua produtividade e sua qualificação.

## 2.2 MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO

### 2.2.1 Categoria gênero na análise da divisão sexual do trabalho

Diante das categorias existentes, pode-se afirmar que gênero não se trata de único conceito, mas sim de uma categoria de análise que agrega um conjunto de fenômenos sociais, políticos, econômicos, históricos e também psicológicos. Assim estas respectivas definições querem apresentar as características dos seres humano, independentemente de suas respectivas definições, raça/cor, sexo. Conforme mencionam Küchemann, Bandeira e Almeida (2015, p 65) “gênero” se refere a relações culturais e de poder que, inicialmente, foram focadas entre homens e mulheres e que passaram a se estender a distintos grupos sociais.

Segundo as autoras, foram as preposições teóricas, assim produzidas pelas ciências sociais que contribuíram para verificação da importância da categoria gênero, as quais foram respostas de movimentos feministas e necessidade de desnaturalizar determinada condição feminina. A partir dos anos 1960, com a revitalização do feminismo, ocorreram outras mudanças no comportamento do ser humano, percebe-se a busca das próprias mulheres por uma “identidade feminina”.

Na fase de afirmação do(s) feminismo(s), tentou-se elucidar, compreender e construir o que seria uma “identidade feminina” oposta à outra “masculina”, considerando a categoria “mulher” no singular e no maiúsculo. A ideia de “diferença” adotada na época tinha um caráter binário e produtor de dicotomias. Mulheres foram consideradas diferentes dos homens e, mesmo, seus opostos – não mais como outros excluídos. (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 66-67).

Conforme as autoras citadas, em grande medida, é possível afirmar que uma das principais justificativas ideológicas para a divisão sexual do trabalho é a naturalização da desigualdade, que empurra para o biológico as construções sociais e as práticas de homens e mulheres. Portanto, faz parte do processo de luta e da organização feminista buscar justamente entender como se constrói a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Para tal compreensão, o gênero se apresenta como conceito e categoria de análise.

Segundo Küchemann, Bandeira e Almeida (2015, p.65), “o conceito de gênero constitui-se em uma ferramenta analítica que nos indica haver a *dimensão do social*



nos fenômenos que nos parecem naturais.” Ainda, conforme explicitam as autoras, especificamente, o conceito de gênero permite identificar as estratégias de poder na base do processo de naturalização de fenômenos sociais, uma vez que compreende a construção das relações sociais. Como define Harding (1996 apud KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p.65), “o conceito de gênero questiona os fenômenos que são percebidos (ou tidos) como naturais sob a ótica segundo a qual toda a produção do conhecimento é permeada por relações de poder.”

Diante do explicitado, a categoria gênero possibilita analisar a divisão sexual do trabalho, termo que remete ao modo como socialmente atividades laborais são atribuídas a mulheres e a homens.

O termo “divisão sexual do trabalho” aplica-se na França a duas acepções de conteúdos distintos. Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

De forma particular, de acordo com as autoras, essa divisão do trabalho traz consigo dois princípios, sendo eles o da separação, em que existem os trabalhos dos homens e o trabalho das mulheres, e o princípio hierárquico, onde o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher. Ambos são válidos para diversas sociedades, se não todas, independentemente de tempo e espaço.

As mulheres das sociedades do Norte trabalham cada vez mais e, com uma frequência cada vez maior, são funcionárias e investem em suas carreiras. Como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, e o envolvimento pessoal é cada vez mais solicitado, quando não exigido pelas novas formas de gestão de empresas, essas mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 601).

Conforme as autoras, pode-se verificar uma ideia principal de uma divisão entre mulheres e homens do trabalho profissional e doméstico e, dentro do trabalho profissional, a divisão entre tipos e modalidades de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuais, que se apresenta de formas diversas, entre as quais o “modelo tradicional” e o “modelo de conciliação”.

No “modelo tradicional”: papel na família e papel doméstico assumidos inteiramente pelas mulheres, e o papel de “provedor” sendo atribuído aos homens. No “modelo de conciliação”: cabe quase que exclusivamente às

mulheres conciliar vida familiar e vida profissional. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.603-604).

A breve definição da categoria gênero articulada à divisão sexual do trabalho oportuniza compreender e analisar a participação feminina no mercado de trabalho. Posto isto, no tópico seguinte, são apresentados alguns estudos empíricos que trazem indicadores da participação feminina no mercado de trabalho.

### **2.2.2 Divisão sexual do trabalho e a participação feminina no mercado de trabalho: alguns indicadores**

Para tratar da divisão sexual do trabalho e da participação feminina no mercado de trabalho, é importante retomar a importância dos movimentos sociais na luta pela igualdade de gênero e suas contradições.

Os movimentos, gestados nos primeiros anos do século XX, defendiam o retorno das mulheres ao lar, compreendendo que era competência feminina o zelo pela casa e pela dedicação à maternidade e cuidados com os filhos e marido. Com isso, a mobilização do movimento operário, na época, contribuiu significativamente para assegurar a divisão sexual do trabalho, pautada em assimetrias e hierarquizações. (GUIRALDELLI, 2012, p. 710).

Conforme mencionado Guiraldelli (2012), este movimento acabou apresentando um resultado negativo para as mulheres, ou seja, uma desvalorização e desqualificação nos postos de trabalho. O que contribuiu para o processo produtivo das mulheres foi as mudanças culturais e sociais, que fizeram com que passassem a ocupar os espaços públicos, fazendo com que este percentual de inserção do mercado de trabalho aumentasse, causando a necessidade ainda maior da busca cada vez mais do nível de escolaridade. Assim gerando novas oportunidades de ocupação, fazendo que a queda na fecundidade aumente.

A participação das mulheres do mercado de trabalho, apesar do avanço, ainda está defasada. Percebe-se que este avanço está centralizado em atividades consideradas femininas, ou seja, ainda não foi possível acabar com a “velha” divisão sexual do trabalho, conforme já observado. Conforme coloca Melo e Di Sabatto (2011, p.27), em pesquisa baseada no PNAD/IBGE em 2008, observam-se os seguintes indicadores:

Em uma economia urbana, o grande setor empregador de mão de obra é o setor de serviços, que responde no Brasil por 61,5% da ocupação total, sendo que estas atividades respondem por 75,5% do emprego feminino. São majoritariamente masculinos os setores econômicos da indústria da construção civil (96,5%), extrativa mineral (90,2%) e os serviços industriais de utilidade pública (82,8%), em grau menor a agropecuária (67,5%) e a indústria de transformação (66,4%). Apenas as atividades do setor serviços são femininas (52,3%).

Ou seja, apenas o setor de serviços que se destaca, apresentando maior participação do trabalho feminino. Segundo os autores, a estrutura de mercado baseia-se também na variável raça/cor, expressando a qualificação presente no mercado de trabalho, nota-se que os setores produtivos relativos à indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública e serviços são mais brancos para ambos os sexos. Dentre todos os indicadores, a escolaridade é o mais significativo para uma análise no mundo do trabalho. Apesar de determinada divisão sexual de trabalho, a mulheres em questão da escolaridade, na maior parte das vezes, destacam-se.

Para as mulheres, a situação é um pouco melhor: a baixa ou nenhuma escolaridade abrange 23,9% das mulheres ocupadas, enquanto que os homens são 30,5% destes praticamente analfabetos funcionais. As mulheres com instrução superior são 53,7% das pessoas ocupadas neste nível de instrução, o que atesta a maior escolaridade do sexo feminino em relação ao masculino. (MELO; DI SABBATO, 2008, p. 33).

Quando se trata de precarização, o indicador principal passa a ser posição na ocupação, segundo os autores acima citados, pois diante da classificação de relações salariais como aquelas referentes ao trabalho “decente”, correspondentes ao emprego com carteira, funcionários públicos e militares; há também os empregadores e como relações de trabalho precárias as categorias emprego sem carteira e conta própria, além do trabalho para autoconsumo, autoconstrução e sem remuneração. Conforme cita Melo e Di Sabbato (2011), no período estudado, o sexo masculino respondia por 57,6% da ocupação do mercado de trabalho e as mulheres por 42,4%, índices que permanecem há alguns anos.

A administração pública já tem maioria de mulheres nos seus quadros, expressando a maior escolaridade feminina, o que talvez seja explicado pela maior presença delas nos concursos públicos nacionais. Uma observação interessante refere-se ao exíguo percentual dos funcionários estatutários nacionais, que são apenas 6,7% da ocupação brasileira. Provavelmente, este enxugamento

reflete o desmonte do Estado dos anos 1990. Os empregadores são maciçamente do sexo masculino (72,5%) e o trabalho não remunerado é feminino (57,8%), assim como o trabalho para autoconsumo (61,8%). (MELO; DI SABBATO, 2011, p. 36).

Como visto, o crescimento da participação feminina na força de trabalho brasileira é um fenômeno que aumenta a cada ano. No entanto, o dinamismo da entrada feminina no mercado de trabalho não foi acompanhado de uma diminuição das desigualdades profissionais entre os sexos.

Em referência à crise de setembro de 2008, que fez com que a economia brasileira sofresse impactos desfavoráveis no mercado de trabalho, Kon (2013, p. 34), ressalta:

Às questões de disparidades entre gêneros no contexto do trabalho ficam atribuídas medidas posteriores, da mesma forma que vem sendo postergada a formação de capacidades gerenciais de agentes do setor público, comprometidos com objetivos de igualdade entre gêneros e capazes de dialogar constantemente com outros agentes sociais e com os beneficiários destes programas.

Conforme o estudo citado, no período pós-crise, verificou-se que as consequências negativas atingem com maior rapidez as mulheres. É importante salientar que a desigualdade de gênero impacta não somente a vida do ser humano, mas sim no próprio desenvolvimento econômico com um todo. “Ignorar as desigualdades que surgem por motivo de disparidades entre gêneros acarreta custos elevados para o bem-estar da população e para a capacidade de os países crescerem de modo sustentável, serem eficazmente governados e assim reduzirem a pobreza.” (KON, 2013, p. 35).

Com base nos indicadores citados, verifica-se determinada divisão sexual do trabalho e a participação diferenciada de mulheres e homens no mercado de trabalho. De forma mais específica, o tópico que segue trata da participação de trabalhadoras nas indústrias, temática central da presente pesquisa.

### 2.3 PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS NAS INDÚSTRIAS

Neste contexto, será observada a situação socioeconômica das mulheres que não somente estão em um mercado, predominantemente masculino, mas também lidam com certas peculiaridades de competitividade de gênero. Essa competitividade

entre os sexos reforça as mulheres como minoria e a preferência histórica do perfil profissional de alguns setores da indústria.

É importante ressaltar que a absorção das mulheres no mercado de trabalho se ocorreu devido à necessidade de sua contribuição nos serviços que estavam ligados ao ganho financeiro da família. Essas mudanças foram acontecendo de forma diferenciada para cada setor.

Essa realidade pode esconder um aspecto importante com relação à ocupação feminina: como as mulheres não chegam a ter uma profissão tão definida como os homens, mas aceitam participar do mercado de trabalho em ocupações pouco definidas e menos especializadas, talvez seja esse aspecto que explique em parte a manutenção de seu patamar de participação na indústria de transformação (MELO, 2000, p. 6).

Para tratar de trabalhadoras nas indústrias, é fundamental retomar, na teoria marxista, como já visto, como conceito básico, a força de trabalho, que é distinguida claramente a mais valia do lucro mercantil. Melo e Serrano (1997) trazem como ideia principal que a força de trabalho é uma mercadoria

Estes conceitos que foram pensados originalmente e só podem exprimir a realidade do mundo do mercado capitalista não podem ser usados para explicar o papel da mulher, na família, no trabalho doméstico e na reprodução da sociedade, pois estas relações estão fora do mercado capitalista. (MELO; SERRANO, 1997, p. 138).

Conforme demonstra os autores, a força de trabalho feminina, como mercadoria, deve ser considerada a partir de um determinado sistema econômico capitalista. Marx afirma que a força de trabalho preenche as três condições que a tornariam uma mercadoria.

Com relação à primeira condição, é necessário discutir qual o significado preciso desta expressão. É evidente que o processo de reprodução é uma atividade humana, mas é discutível considerá-lo como um processo de "trabalho" que gera um "produto", no sentido usual de esforço humano, aliado a uma dada técnica e conhecimentos, que visa racionalmente à obtenção de um resultado objetivo. A segunda condição, ter valor de uso para outros, é obviamente preenchida pela mera constatação da existência de demanda por trabalhadores assalariados por parte dos capitalistas. E a terceira condição, é a ideia de que a força de trabalho é produzida ou reproduzida, por um processo que visa à obtenção de valores de troca é problemática, seja qual for o sentido em que se pense este processo de reprodução. (MELO; SERRANO, 1997, p. 144)

Na perspectiva de força de trabalho descrita, é importante retomar e considerar, também, a divisão sexual do trabalho. O papel das mulheres na

economia e na sociedade tem passado por rápidas e significativas transformações. Percebe-se o aumento da participação feminina na força de trabalho, o que, por sua vez, tornou-se um dos fenômenos mais notáveis no mercado de trabalho, gerando repercussões significativas nos mais diversos aspectos socioeconômicos, assim como na constituição dos arranjos familiares e nas relações de gênero. Apesar desse aumento, percebe-se que a taxa de crescimento em relação a muitos países, é baixa quando comparada à participação dos homens.

No contexto brasileiro, por exemplo, conforme citam Bruschini e Lombardi (2001, p. 171), a partir da pesquisa e dos dados das PNADs, referentes à década de 1990, alguns setores econômicos geraram maiores oportunidades para as mulheres, na seguinte ordem de participação: “[...] prestação de serviços, a agropecuária, a extração vegetal e a pesca, o setor social, o comércio de mercadorias e a indústria.”

Diante dos estudos realizados, percebe-se que as mulheres se destacam no setor da indústria do vestuário. Diante da tecnologia, novos pontos e estratégias são formados, para que assim possa haver a reinserção daquelas mulheres que por algum motivo estão fora deste mercado. Conforme coloca Gazzona (1997, p. 89), surgem novas oportunidades para as trabalhadoras, com acesso a postos com maior conteúdo tecnológico, possibilidades de carreira e promoção. Foi nos anos de 1970, segundo, Bruschini (1993 apud GAZZONA, 1997) que as mulheres passaram a ser inseridas no setor da indústria elétrica e eletrônica, nos anos de 1980 e 1990, esta participação ainda permaneceu com persistência em setores relacionados aos serviços e comércio, administração pública e setor social.

Gazzona (1997, p.91) cita os estudos de Saffioti (1992, p.92):

Não se trata de retalhar a realidade social, situando em cada fatia um tipo de processo social ou relações sociais. Ao contrário, trata-se de estar sempre alerta para detectar a presença das diferenças/semelhanças de gênero nas relações de produção, assim como as diferenças/semelhanças de classe nas relações de gênero [...] esses dois tipos de relações são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social.

As mulheres estão mais presentes no setor do vestuário, no entanto, a baixa escolaridade provoca a alta rotatividade. Mas como a empresa de costura é pouco automatizada, depende ainda muito da mão de obra feminina. A análise relativa aos dados de 1994, reunidos pela (Rais/MTb,1994), segundo Gazzona (1997, p 94), revela que “a presença feminina é, no entanto, majoritária: 80,45% da mão-de-obra

empregada no ramo do vestuário é constituída por mulheres, representando 6,35% do total de mulheres empregadas na indústria de transformação do estado (Rais/MTb\ 1994).”

Um trabalho feminino não é um trabalho que só pode ser exercido por mulheres devido, necessariamente, a qualidades intrínsecas a estas e, sim, um trabalho que passou a ser exercido por mulheres e envolve representações e práticas sociais construídas e, muitas vezes, cristalizadas pela tradição. (GAZZONA, 1997, p. 93).

Conforme menciona Gazzona (1997), na ocasião do estudo que realizou, na indústria do vestuário no Rio Grande do Sul, a maior parte delas eram micro e pequenas empresas, produtoras de moda feminina e contavam com predomínio do trabalho realizado por mulheres. A autora ressalta, ainda, que uma grande parcela de empresas não era registrada, predominando então o trabalho autônomo, por conta própria. Sobre o ramo do vestuário no Rio Grande do Sul, em uma perspectiva histórica, a autora apresenta o seguinte cenário:

O ramo do vestuário, no Rio Grande do Sul, correspondia, em 1993, a 1,33% do valor adicionado fiscal em relação ao total do valor adicionado da indústria no Rio Grande do Sul (Secretaria da Fazenda/RS). Contudo, esta realidade nem sempre foi a mesma: dos anos 50 até os 70 a indústria do vestuário equivalia a 10% da arrecadação de impostos provenientes do setor industrial no estado, contando com um número considerável de grandes empresas com mais de mil empregados. No contexto de recessão econômica dos anos 80, muitas das grandes empresas, geralmente empresas familiares, faliram, dividiram-se ou extinguiram-se devido a problemas gerenciais e de mercado (informações obtidas junto ao Sindicato das Indústrias do Vestuário do Rio Grande do Sul). (GAZZONA, 1997, p 95)

A crescente participação feminina no mercado de trabalho de modo geral, como se verificou nos estudos citados, sugere problematizar a inserção seletiva das mulheres em alguns setores específicos. Sendo assim, faz-se necessário apresentar e interrogar algumas das hipóteses sobre o aumento desta participação. Barbosa (2014, p.408), com base no estudo de Lim (2009), aponta as “principais hipóteses que associam a participação das mulheres na força de trabalho e a tendência de redução da fecundidade em países desenvolvidos”, conforme detalhamento abaixo:

- 1) O empoderamento ou a elevação de status que o trabalho proporciona à mulher dá a ela um controle maior sobre a renda, os recursos e as decisões familiares (incluindo as decisões sobre ter filhos).
- 2) Os serviços e arranjos para o cuidado dos filhos, que não são facilmente disponíveis, demandam tempo e qualidade, o que pode restringir as atividades econômicas das mulheres.

- 3) O aumento da independência econômica reduz a necessidade de se ter filhos como forma de seguro para a velhice ou para condições adversas.
- 4) Um maior nível educacional das mulheres jovens eleva a idade do primeiro casamento e da primeira gravidez.
- 5) A evolução ascendente da mulher na carreira antes do casamento também seria a causa do adiamento da idade para o casamento e para a primeira gravidez.

Além dos fatores tradicionais que afetam a inserção da mulher no mercado de trabalho, dentre eles, se destaca, sem dúvida, a educação e o entorno família que influi de forma constante na sua decisão de fazer parte da força de trabalho. Como bem afirmam Sorj, Fontes e Machado (2007, p. 577-578):

Algumas tendências da estrutura das famílias e da composição sexual do mercado de trabalho assemelham o Brasil aos países desenvolvidos, enquanto a ausência de uma nova concepção e práticas sociais, que atribuam uma dimensão coletiva aos cuidados da família, reforçam um modelo fortemente desigual da divisão sexual do trabalho e limitam as oportunidades laborais das mulheres, principalmente das mães com filhos dependentes.

É indispensável perceber que a mulher proporciona uma integração ampla no espaço de trabalho, possibilitando uma percepção de mundo e da condição feminina diferente daquela que constrói quando restringe sua vivência ao interior do grupo familiar desempenhando as funções tradicionais de dona de casa esposa e mãe.

A ideia vigente de que o trabalho liberta apresenta-se então para a maioria das mulheres como uma ideia distante de sua vivência cotidiana na qual se somam a sua jornada na fábrica as tarefas domésticas que continua a desempenhar submetendo-a ao desgaste da dupla jornada de trabalho. (SILVA, 1995, p.352).

Assim sendo, ressalta-se que a participação das mulheres como trabalhadoras nas indústrias requer considerar o processo acima descrito no que diz respeito à dupla jornada de trabalho, vivenciada, ainda, hoje, por uma grande parcela da população feminina. Como visto, a literatura sobre o tema mostra que participação de trabalhadoras nas indústrias não ocorre de forma equânime em todos os setores.

Em síntese, o breve panorama conceitual e histórico apresentado demonstrou que, no Brasil, foi a partir dos anos setenta que as mulheres mães, casadas, começaram a buscar por um mercado de trabalho, seja pela necessidade de arcar com as despesas de uma casa, uma escola, ou até mesmo um médico para seus



filhos, os quais que quando tratamos de serviços públicos, em um país que é tão precário. Com isso a modernização e mudança cultural demonstraram avanços em alguns aspectos, tais como a escolaridade. Houve uma expansão na escolaridade, o que proporcionou as mulheres mais possibilidades e espaços no mercado de trabalho. Porém, apesar de estudos citados revelarem que as mulheres apresentam em relação aos homens um aumento de escolaridade, ainda sofrem com a disparidade salarial. Por um lado, constata-se que a escolaridade das mulheres, de modo geral, é superior a dos homens; por outro, não se verificou mudanças significativas na divisão sexual do trabalho e na inserção seletiva das mulheres em setores específicos do mercado de trabalho.

### **3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

No presente capítulo, conforme descrito na introdução do trabalho, os dados foram selecionados por meio das variáveis “sexo”, “faixa etária”, “escolaridade”, “faixa salarial” e pelos subsetores da indústria estudados. Assim sendo, a apresentação e análise dos dados foram agrupadas pela seleção dos seguintes subsetores da indústria: indústria metalúrgica, indústria mecânica, indústria química, indústria têxtil e indústria de calçados.

Em um panorama dos grandes setores econômicos, conforme divisão do IBGE e classificados em Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária, conforme dados da RAIS de 2016, em Santa Catarina, a participação total de trabalhadores/as somou 2.167.923, dividido da seguinte forma: 1.179.937 de participação masculina e 987.986 de participação feminina. Do número total de 656.772 trabalhadores/as na indústria, 403.758 eram homens e 253.014 mulheres.

No ano de 2016, no conjunto de todos os grandes setores, a indústria foi responsável por 30,29% da participação total de trabalhadores/as e responsável por 25,60% do emprego feminino. No grande setor da indústria, especificamente, a participação feminina, no ano de 2016, representou 38,52% em comparação a 61,48% da participação masculina. Diante da breve descrição do setor da Indústria em Santa Catarina, nos tópicos seguintes, os dados são desagregados e apresentados pelos subsetores estudados.

#### **3.1 PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS/ES POR SUBSETORES DA INDÚSTRIA CATARINENSE (2006-20016)**

##### **3.1.1 Indústria metalúrgica**

A descrição da participação total de trabalhadores/as na indústria metalúrgica por sexo, no período de 2006-2016, foi detalhada na tabela 1.

Tabela 1 – Participação total de trabalhadores/as na indústria metalúrgica por sexo – Santa Catarina (2006-2016)

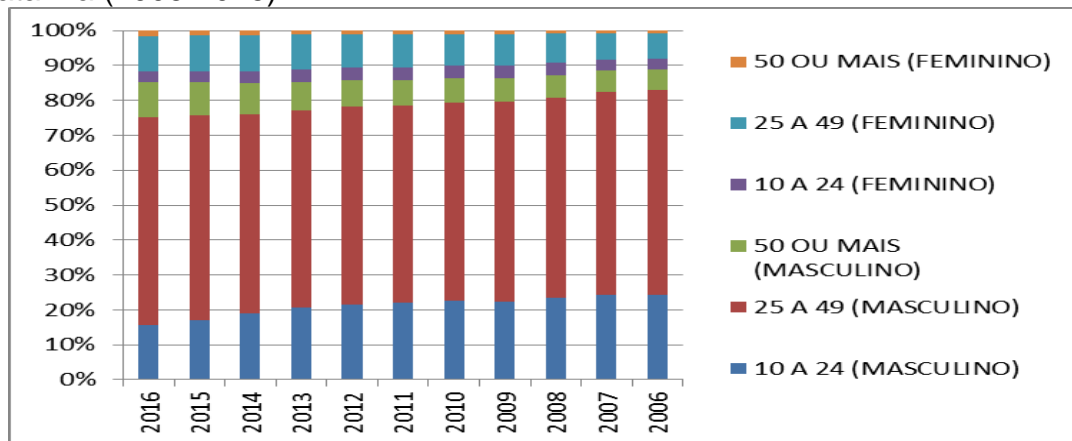
Ano	Masculino	%	Feminino	%	Total
2016	43.352	85,29	7.477	14,71	50.829
2015	45.345	85,28	7.826	14,72	53.171
2014	49.210	84,88	8.768	15,12	57.978
2013	50.436	85,10	8.828	14,90	59.264
2012	48.126	85,92	7.889	14,08	56.015
2011	50.873	85,84	8.390	14,16	59.263
2010	47.546	86,32	7.537	13,68	55.083
2009	41.569	86,45	6.518	13,55	48.087
2008	43.261	87,27	6.308	12,73	49.569
2007	39.813	88,47	5.191	11,53	45.004
2006	37.369	88,75	4.738	11,25	42.107

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

No que se refere à participação total na indústria metalúrgica, no comparativo entre o ano de 2006 e 2016, a tabela 1 evidencia um aumento na participação de trabalhadores/as. No entanto, a participação feminina, no ano de 2006, no total de 42.107 trabalhadores/as, representou apenas 11,25% (4.738) em relação a 88,75% (37.369) da participação masculina. No ano de 2016, em uma participação total de 50.829, a participação feminina foi de 14,71% (7.477) e a masculina 85,29% (43.352).

O Gráfico 1 apresenta a participação total ocupada por sexo e faixa etária.

Gráfico 1 - Participação total na Indústria Metalúrgica, por sexo e faixa etária – Santa Catarina (2006-2016)



Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

A participação total na indústria metalúrgica, por faixa etária, registra uma concentração maior de trabalhadores/as com idades entre 25 e 49 anos. No ano de 2006, do total da participação masculina, 66,08% (34.336) estava concentrada na faixa etária de 25 a 49 anos. No mesmo ano, do total da participação feminina, 63,80% (3.023) estava concentrada na faixa etária entre 25 a 49 anos. A participação total no ano de 2016 seguiu a mesma tendência de concentração de trabalhadores/as na faixa etária entre 25 a 49 anos: da participação total masculina, representou 69,90% (30.303); a participação feminina representou 70,06% (5.239).

A tabela 2 apresenta a participação total ocupada por sexo e escolaridade.

Tabela 2 - Participação total na Indústria Metalúrgica, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006-2016)

<b>Escolaridade (Feminino)</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>	<b>Δ Escolaridade. /Δ Total por sexo</b>
Analfabeto	10	11	0,04%
Fundamental Completo	898	877	-0,77%
Fundamental Incompleto	615	580	-1,28%
Médio Completo	1.904	3.616	62,50%
Médio Incompleto	436	510	2,70%
Superior Completo	460	1.379	33,55%
Superior Incompleto	415	504	3,25%
Feminino Total	4738	7.477	100,00%
<b>Escolaridade (Masculino)</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>	<b>Δ Escolaridade /Δ Total por sexo</b>
Analfabeto	86	84	-0,03%

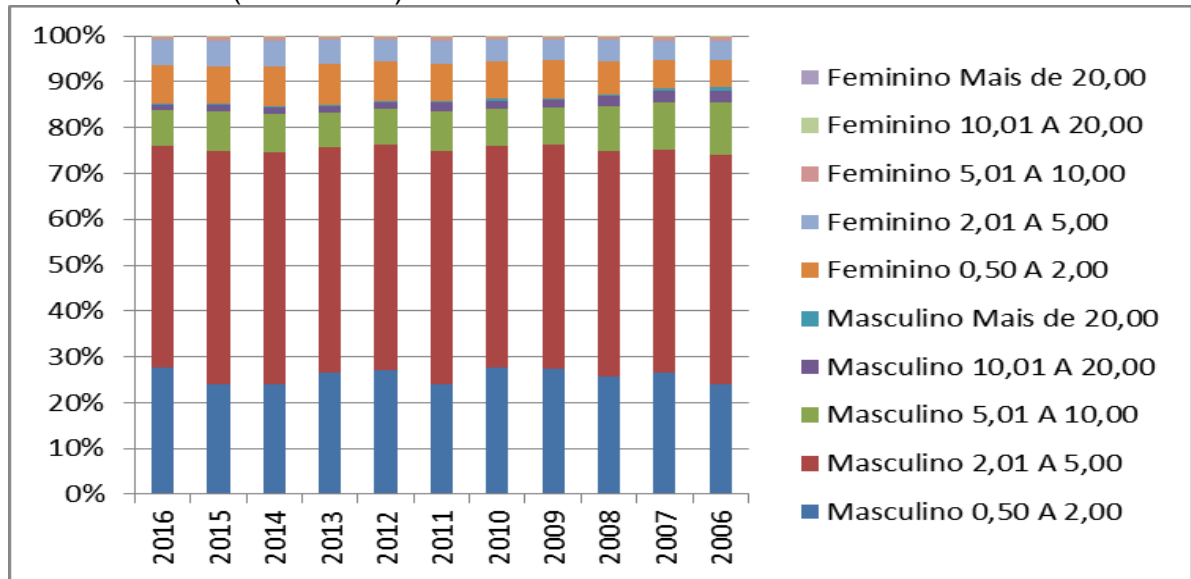
Fundamental Completo	9.761	9.098	-11,09%
Fundamental Incompleto	6.739	4.078	-44,49%
Médio Completo	13.982	21.914	132,62%
Médio Incompleto	4.455	3.951	-8,43%
Superior Completo	1.353	3.123	29,59%
Superior Incompleto	1.079	1.188	1,82%
Masculino Total	37.455	43.436	100,00%

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Os dados registrados na tabela 2, no ano de 2006, mostram uma predominância na escolaridade ensino médio completo. Do total participação masculina, no ano de 2006, 37,42% (13.982) trabalhadores tinham a escolaridade médio completo; do total da participação feminina, 40,18% (1.904) trabalhadores tinham a escolaridade médio completo. No ano de 2016, a predominância da escolaridade médio completo se manteve. Do total da participação masculina, no ano de 2016, 50,55% (21.914) tinha o ensino médio completo; do total da participação feminina, 48,36% (3.616) tinha o ensino médio completo. No período de 10 anos, a participação masculina teve uma variação de 132,62% e participação a feminina 62,50% no ensino médio completo. Podemos analisar uma queda relevante de 44,49% na participação masculina com o ensino fundamental incompleto. Quanto à participação feminina, em relação ao ano de 2006, verifica-se uma variação de 33,55% com o ensino Superior Completo.

O gráfico 2 apresenta a participação total na indústria metalúrgica por sexo e faixa salarial.

Gráfico 2 - Participação total na Indústria Metalúrgica, por sexo e faixa salarial – Santa Catarina (2006-2016)



Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Os dados reunidos no gráfico 2, em um comparativo de 2006-2016, mostram a concentração de trabalhadores na faixa salarial entre 2,00 e 5,00 salários mínimos, totalizando 27.153 trabalhadores no ano de 2006 e 33.049 no ano de 2016. Em relação às trabalhadoras, verifica-se uma concentração entre 1,00 e 3,00 salários mínimos, somando um total de 3.363 trabalhadoras no ano de 2006 e 5.616 no ano de 2016.

### 3.1.2 Indústria Mecânica

A descrição da participação total de trabalhadores/as na indústria mecânica por sexo, no período de 2006-2016, foi detalhada na tabela 2.

Tabela 3 – Participação total na Indústria Mecânica, por sexo – Santa Catarina (2006-2016)

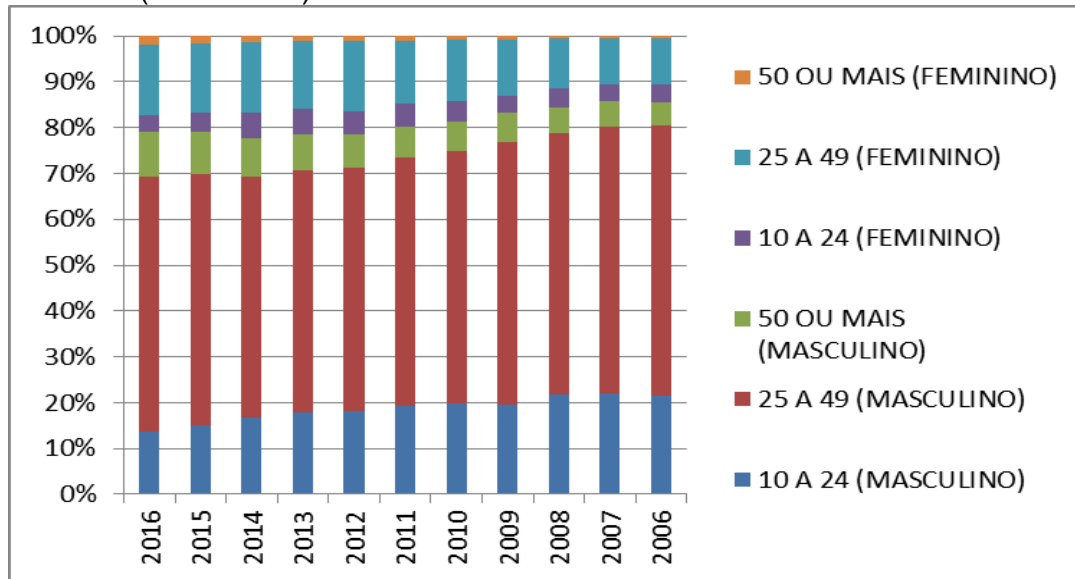
Ano	Masculino	%	Feminino	%	Total
2016	42.422	79,03	11.257	20,97	53.679
2015	44.904	79,10	11.865	20,90	56.769
2014	50.004	77,68	14.369	22,32	64.373
2013	47.842	78,49	13.111	21,51	60.953
2012	45.546	78,40	12.551	21,60	58.097
2011	43.341	80,23	10.679	19,77	54.020
2010	41.439	81,26	9.557	18,74	50.996
2009	36.992	83,14	7.499	16,86	44.491
2008	38.388	84,50	7.042	15,50	45.430
2007	36.504	85,76	6.060	14,24	42.564
2006	31.499	85,44	5.367	14,56	36.866

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

A participação de feminina na indústria mecânica cresceu se comparamos os anos entre 2006, com 14,56% (5.367), e 2016, com 20,97% (11.257), ou seja, houve um aumento na participação de 6,41%. No entanto, na participação total, a participação feminina, em todo o período, foi menor que a participação masculina. No ano de 2006, do total de 36.866, a participação masculina alcançou um 85,44% (31.499) e a feminina 14,56% (5.367). No ano de 2016, do total de 53.679, 79,03% (42.422) eram trabalhadores e 20,97% (11.257) trabalhadoras.

O Gráfico 3 apresenta a participação total ocupada por sexo e faixa etária.

Gráfico 3 - Participação total na Indústria Mecânica, por sexo e faixa etária – Santa Catarina (2006-2016)



Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

No que diz respeito à participação total na indústria mecânica, por sexo e faixa etária, o gráfico 3 evidencia uma concentração na faixa etária de 25 a 49 anos, para ambos os sexos.

O Gráfico 4 apresenta a participação total na indústria mecânica ocupada por sexo e escolaridade.

Tabela 4 - Participação total na Indústria Mecânica, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006-2016)

<b>Escolaridade (Feminino)</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>	<b>Δ Escolaridade. /Δ Total por sexo</b>
Analfabeto	16	7	-0,15%
Fundamental Completo	676	861	3,14%
Fundamental Incompleto	556	533	-0,39%
Médio Completo	2.551	6.060	59,58%
Médio Incompleto	504	994	8,32%
Superior Completo	626	2.079	24,67%
Superior Incompleto	438	723	4,84%
<b>Feminino Total</b>	<b>5.367</b>	<b>11.257</b>	<b>100,00%</b>
<b>Escolaridade (Masculino)</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>	<b>Δ Escolaridade. /Δ Total por sexo</b>
Analfabeto	100	46	-0,50%
Fundamental Completo	6.354	5.002	-12,44%
Fundamental Incompleto	4.408	3.028	-12,70%



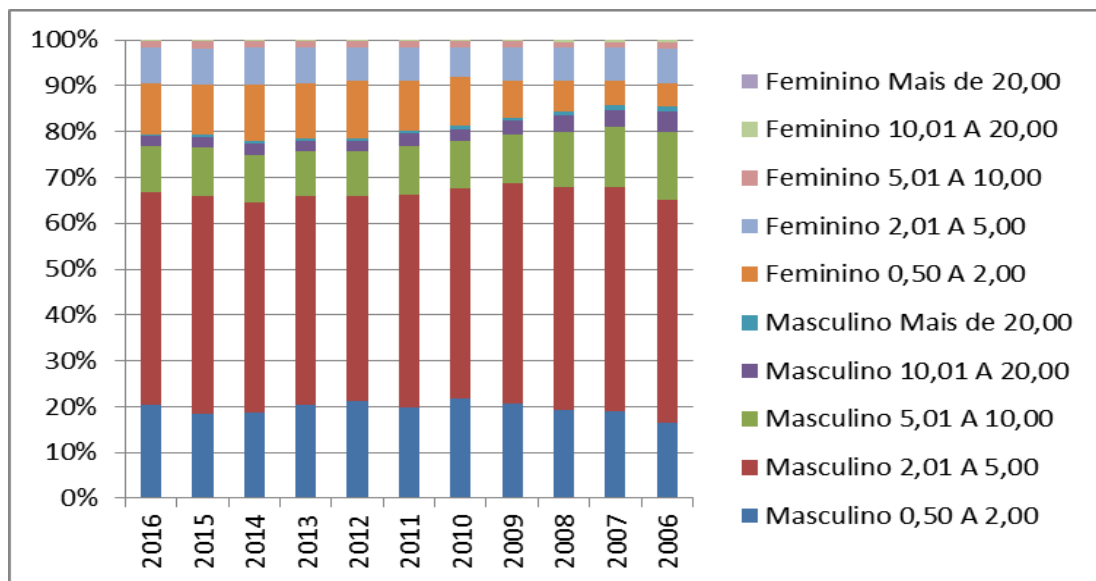
Médio Completo	13.774	23.757	91,85%
Médio Incompleto	3.639	3.684	0,41%
Superior Completo	2.174	4.927	25,33%
Superior Incompleto	1.150	2.024	8,04%
Masculino Total	36.966	53.725	100%

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Na indústria mecânica, conforme a tabela 4, em 2006, observa-se uma concentração de trabalhadores/as com ensino médio completo, totalizaram 13.774 homens e 2.551 mulheres. Em 2016, a predominância de trabalhadores/as com o ensino médio se mantém, totalizaram 23.757 homens e 6.060 mulheres.

O Gráfico 6 apresenta a participação total ocupada na Indústria mecânica por faixa salarial.

Gráfico 4 - Participação total na Indústria Mecânica por faixa salarial (2006-2016)



Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Na indústria mecânica, conforme o gráfico 5, no que diz respeito à faixa salarial, em todo o período, percebe-se um número maior de trabalhadores na faixa entre 2,01 a 5,00 salários mínimos: no ano de 2006, do total de trabalhadores, 17.631 recebiam entre 2,01 a 5,00 salários mínimos; no ano de 2016, 24.123 trabalhadores recebiam entre 2,01 a 5 salários mínimos. Quanto às trabalhadoras, no ano de 2006, um total de 3.340 recebia entre 1,51 e 5,00 salários mínimos; no ano de 2016, 8.186 recebia entre 1,01 e 3,00 salários mínimos.

### 3.1.3 Indústria Química

A descrição da participação total de trabalhadores/as na indústria química por sexo, no período de 2006-2016, foi detalhada na tabela 5.

Tabela 5 – Participação total na Indústria química por sexo – Santa Catarina (2006-2016)

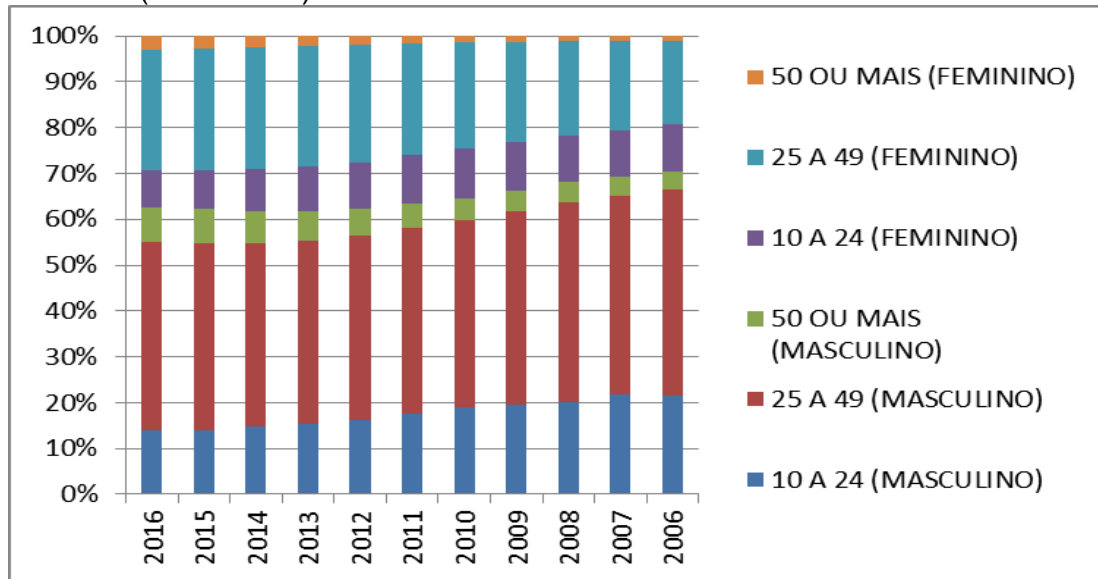
Ano	Masculino	%	Feminino	%	Total
2016	30.346	62,59	18.140	37,41	48.486
2015	32.358	62,20	19.662	37,80	52.020
2014	33.842	61,67	21.031	38,33	54.873
2013	33.448	61,82	20.661	38,18	54.109
2012	32.688	62,23	19.838	37,77	52.526
2011	29.741	63,54	17.068	36,46	46.809
2010	30.298	64,63	16.583	35,37	46.881
2009	28.820	66,34	14.623	33,66	43.443
2008	28.343	68,18	13.226	31,82	41.569
2007	29.545	69,17	13.170	30,83	42.715
2006	28.555	70,41	12.001	29,59	40.556

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

No ano de 2006, o total de trabalhadores/as na indústria química no ano de somou um total de 40.556, os homens representando 70,41% (28.555) e as mulheres 29,59% (12.001). Em 2016, do total de 48.486, 62,59% (30.346) eram homens e 37,41% (18.140) mulheres. A participação feminina teve um aumento de 7,82% no período de 10 anos.

O Gráfico 6 apresenta a participação total ocupada por sexo e faixa etária.

Gráfico 5- Participação total na Indústria Química, por sexo e faixa etária – Santa Catarina (2006-2016)



Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Na indústria química, a faixa etária com maior concentração de trabalhadores foi a de 18 a 49 anos, em todo o período. Em 2006, a faixa etária de 30 a 39 anos somou um total de 7.904 trabalhadores; em 2016, a mesma faixa etária (30 a 39 anos) somou um total de 9.033 trabalhadores. Quando as trabalhadoras, no ano de 2006, destaca-se, também, a faixa etária de 30 a 39 anos, com um total de 3.296; no ano de 2016, a mesma faixa (30 a 39 anos) somou um total de 5.820.

A tabela 6 apresenta a participação total ocupada por sexo e escolaridade.

Tabela 6 - Participação total na Indústria Química, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006-2016)

<b>Escolaridade (Feminino)</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>	<b>Δ Escolaridade. /Δ Total por sexo</b>
Analfabeto	14	17	0,05%
Fundamental Completo	2.609	2.309	-4,89%
Fundamental Incompleto	2.014	2.317	4,94%
Médio Completo	4.519	8.595	66,40%
Médio Incompleto	1.359	1.779	6,84%
Superior Completo	874	2.205	21,68%
Superior Incompleto	612	918	4,98%
Feminino Total	12.001	18.140	100,00%
<b>Escolaridade (Masculino)</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>	<b>Δ Escolaridade. /Δ Total por sexo</b>
Analfabeto	45	23	-1,24%

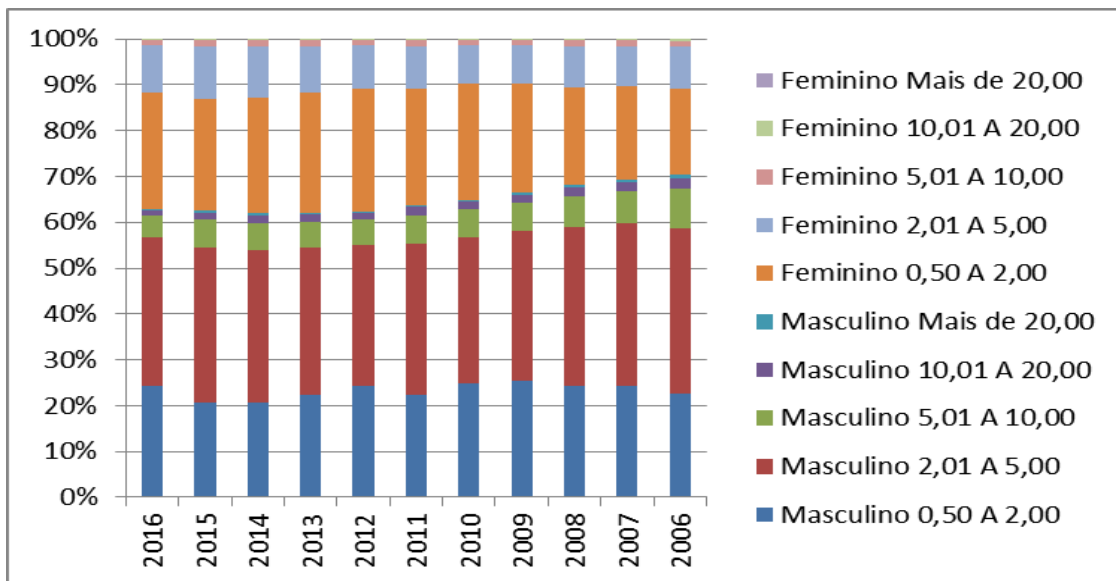
Fundamental Completo	6.364	4.247	-119,67%
Fundamental Incompleto	5.029	3.823	-68,17%
Médio Completo	10.757	15.109	246,01%
Médio Incompleto	3.503	3.161	-19,33%
Superior Completo	1.716	2.681	54,55%
Superior Incompleto	1.186	1.325	7,86%
Masculino Total	28.600	30.369	100,00%

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Conforme os dados de escolaridade referente aos anos de 2006 e 2016, verifica-se a concentração de trabalhadores/as com o ensino médio completo. Em 2006, do total de trabalhadores/as ocupados, com ensino médio completo, totalizaram 10.757 homens e 4.519 mulheres; já, em 2016, com ensino médio completo, totalizaram 15.109 homens e 8.595 mulheres. A participação masculina no ano de 2016, em relação ao ano de 2006, obteve uma variação de 246,01% com ensino médio completo e a participação feminina 66,40%, em relação a população total ocupada. Pode-se analisar que houve uma queda considerável na contratação de trabalhadores com fundamental ensino fundamental completo e incompleto.

O Gráfico 8 apresenta a participação total ocupada na Indústria química por faixa salarial.

Gráfico 6 - Participação total na Indústria química, por sexo e faixa salarial – Santa Catarina (2006-2016).



Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

No gráfico 8, a participação total por faixa salarial, em todo o período, demonstra a concentração de trabalhadores na faixa salarial entre 2,01 a 5,00 salários mínimos. No que se refere às trabalhadoras, observa-se uma concentração na faixa salarial entre 0,50 a 2,00 salários mínimos.

### 3.1.4 Indústria Têxtil

A descrição da participação total de trabalhadores/as na indústria têxtil por sexo, no período de 2006-2016, foi detalhada na tabela 7.

Tabela 7 – Participação total na Indústria têxtil, por sexo – Santa Catarina (2006-2016)

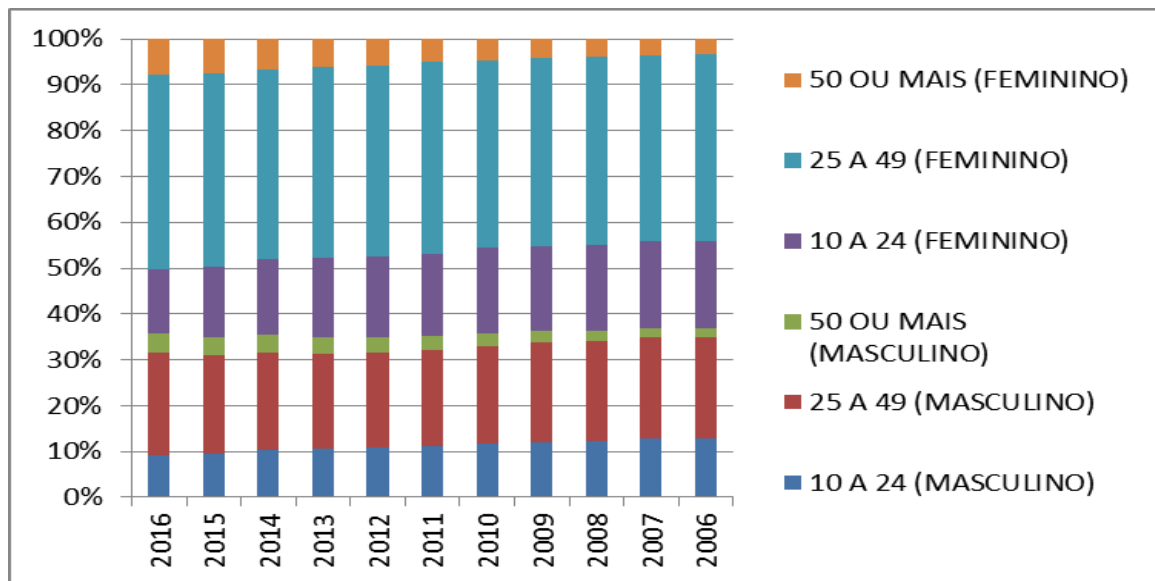
Ano	Masculino	%	Feminino	%	Total
2016	57.669	35,79	103.465	64,21	161.134
2015	56.731	35,03	105.218	64,97	161.949
2014	61.656	35,47	112.148	64,53	173.804
2013	61.145	34,92	113.979	65,08	175.124
2012	58.237	34,91	108.601	65,09	166.838
2011	59.638	35,09	110.329	64,91	169.967
2010	62.033	35,75	111.497	64,25	173.530
2009	58.965	36,29	103.538	63,71	162.503
2008	56.319	36,3	98.815	63,7	155.134
2007	55.829	36,93	95.331	63,07	151.160
2006	51.476	36,82	88.342	63,18	139.818

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Conforme demonstra a tabela 7, na indústria têxtil, em todo o período em análise, a participação feminina foi maior que a masculina. No ano de 2006, do total de 139.818 trabalhadores/as, 63,18% (88.342) eram mulheres e 36,82 (51.476) homens. A participação feminina, de igual modo, foi maior no ano de 2016: do total de 161.134 trabalhadores/as, 64,21% (103.465) eram mulheres e 35,79% (57.669) eram homens. Verifica-se que nesta indústria se destaca a participação feminina em relação à participação masculina.

O Gráfico 9 apresenta a participação total na indústria têxtil ocupada por sexo e faixa etária.

Gráfico 7- Participação total na Indústria têxtil, por sexo e faixa etária – Santa Catarina (2006-2016)



Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

O gráfico 10 apresenta uma concentração maior de trabalhadoras na faixa etária entre 25 e 49 anos. Igualmente, verifica-se a predominância da participação masculina na mesma faixa etária.

A tabela 8 apresenta a participação total ocupada na indústria têxtil por sexo e escolaridade.

Tabela 8 - Participação total na Indústria têxtil, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006-2016)

<b>Escolaridade (Feminino)</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>	<b>Δ Escolaridade. /Δ Total por sexo</b>
Analfabeto	171	251	0,53%
Fundamental Completo	24.602	19.099	-36,39%
Fundamental Incompleto	23.398	13.751	-63,79%
Médio Completo	24.349	49.374	165,48%
Médio Incompleto	12.192	11.680	3,39%
Superior Completo	1.458	6.058	30,42%
Superior Incompleto	2.172	3.252	7,14%
<b>Feminino Total</b>	<b>88.342</b>	<b>103.465</b>	<b>100%</b>
<b>Grau de InstruçãoEscolaridade (Masculino)</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>	<b>Δ Escolaridade. /Δ Total por sexo</b>
Analfabeto	81	92	0,18%

Fundamental Completo	12.851	10.714	-34,45%
Fundamental Incompleto	12.071	7.594	-72,16%
Médio Completo	14.591	25.047	168,54%
Médio Incompleto	8.399	8.193	-3,32%
Superior Completo	1.621	3.945	37,46%
Superior Incompleto	1.943	2.176	3,76%
Masculino Total	51.557	57.761	100%

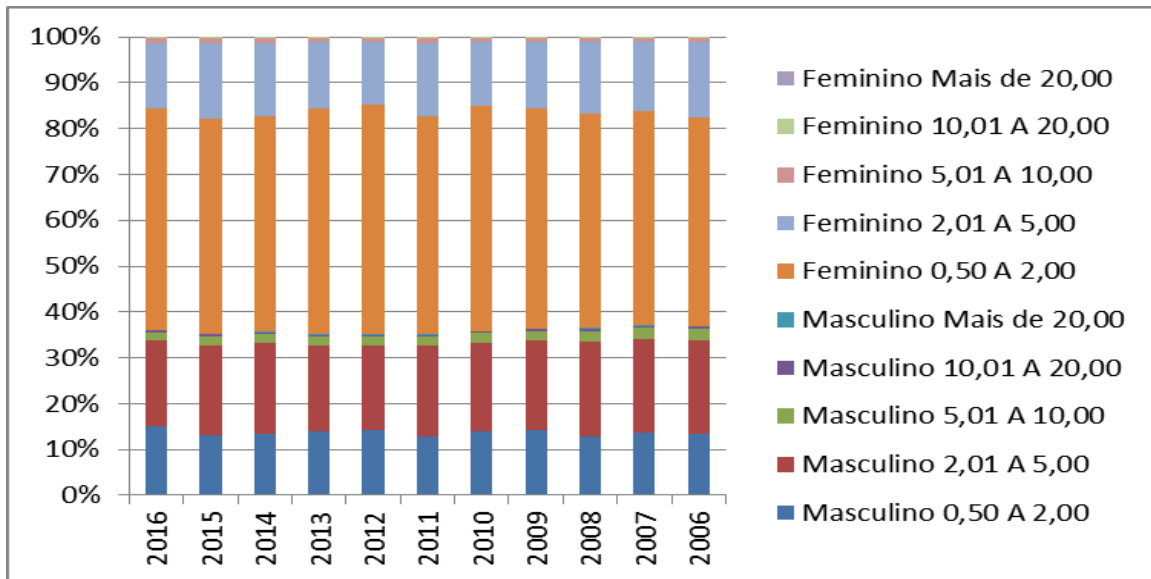
Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Da população total de trabalhadores/as ocupados/as na indústria têxtil, a maior parte possui o ensino médio completo. No ano de 2006, 24.349 trabalhadoras e 14.591 trabalhadores tinham o ensino médio completo. De igual modo, com a mesma escolaridade ensino médio completo, em 2016, 49.374 trabalhadoras e 14.591 trabalhadores. Na participação feminina, a variação no ensino médio, entre 2006 e 2016, foi de 165,48% em relação a população total ocupada, positiva, mas com uma queda de -63,79% de contratações com ensino fundamental incompleto. Portanto, observa-se a participação de trabalhadores/as com um grau de escolaridade um pouco mais elevado, pois no que diz respeito à participação masculina esta queda também acompanha, com -72,16%.

O Gráfico 11 apresenta a participação total ocupada na Indústria têxtil por faixa salarial.



Gráfico 8 - Participação total na Indústria têxtil, por sexo e faixa salarial – Santa Catarina (2006-2016)



Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com os dados apresentados no gráfico, destacam-se diferenças no salário médio de trabalhadoras e trabalhadores na indústria têxtil. Em todo o período, mesmo sendo a maioria, verifica-se a concentração de trabalhadoras na faixa de até 2,0 salários; os trabalhadores, com um taxa de participação menor no setor, concentram-se na faixa salarial entre 0,50 a 5 salários mínimos.

### 3.1.5 Indústria de Calçados

A descrição da participação total de trabalhadores/as na indústria de calçados por sexo, no período de 2006-2016, foi detalhada na tabela 9.

Tabela 9 – Participação total na Indústria de calçados, por sexo – Santa Catarina (2006-2016)

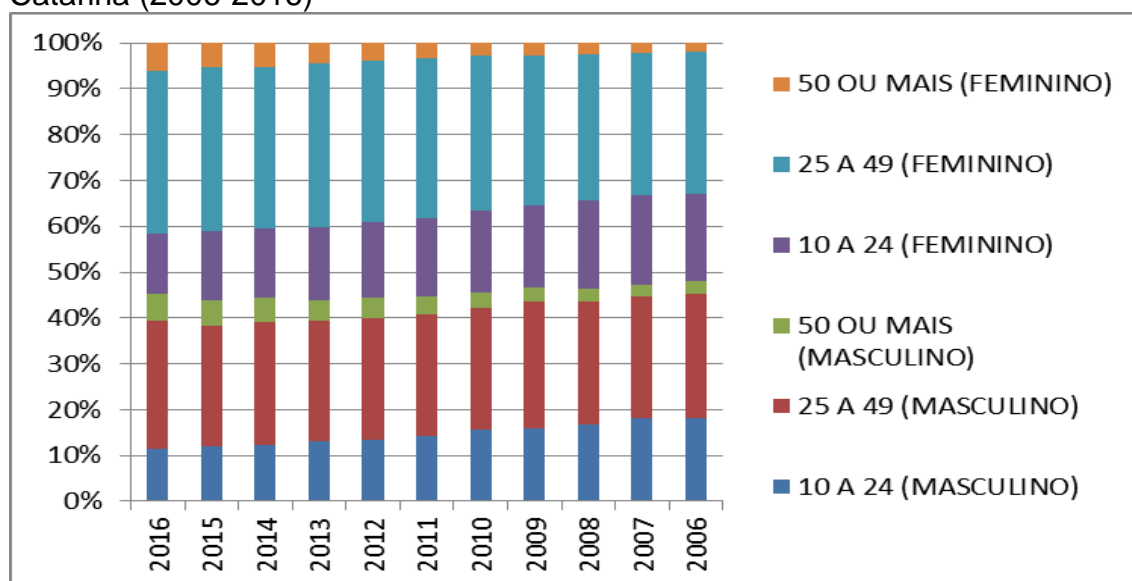
Ano	Masculino	%	Feminino	%	Total
2016	2.998	45,23	3.631	54,77	6.629
2015	2.982	43,90	3.810	56,1	6.792
2014	3.199	44,37	4.011	55,63	7.210
2013	3.399	43,78	4.364	56,22	7.763
2012	3.377	44,39	4.231	55,61	7.608
2011	3.432	44,62	4.260	55,38	7.692
2010	3.719	45,60	4.436	54,40	8.155
2009	3.441	46,69	3.929	53,31	7.370
2008	3.393	46,38	3.923	53,62	7.316
2007	3.457	47,31	3.850	52,69	7.307
2006	2.975	48,02	3.220	51,98	6.195

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Na indústria de calçados, a participação de trabalhadoras é superior a de trabalhadores, em todo o período. No ano de 2006, do total de 6.195 trabalhadores/as ocupados/as no setor, 51,98% (3.220) eram mulheres e 48,02% (2.975) eram homens; no ano de 2016, do total de 6.629, 54,77% (3.631) eram mulheres e 45,23% (2.998) eram homens. No período de 10 anos, verifica-se um aumento de 2,79% da participação feminina.

O Gráfico 12 apresenta a participação total ocupada na indústria de calçados por sexo e faixa etária.

Gráfico 9 - Participação total na Indústria de calçados, por sexo e faixa etária Santa Catarina (2006-2016)



Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Conforme os dados apresentados no gráfico 12, em todo o período, observa-se que os/as trabalhadores/as estão concentrados/as na faixa etária média entre 25 e 49 anos.

A tabela 10 apresenta a participação total ocupada na indústria de calçados por sexo e escolaridade.

Tabela 10 - Participação total na Indústria de calçados, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006-2016).

<b>Escolaridade (Feminino)</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>	<b>Δ Escolaridade. /Δ Total por sexo</b>
Analfabeto	6	14	1,95%
Fundamental Completo	805	619	-45,26%
Fundamental Incompleto	967	746	-53,77%
Médio Completo	798	1.506	172,26%
Médio Incompleto	530	485	-10,95%
Superior Completo	39	134	23,11%
Superior Incompleto	75	127	12,65%
<b>Feminino Total</b>	<b>3.220</b>	<b>3.631</b>	<b>100,00%</b>
<b>Escolaridade (Masculino)</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>	<b>Δ Escolaridade. /Δ Total por sexo</b>
Analfabeto	5	8	11,54%
Fundamental Completo	823	561	-1007,69%
Fundamental Incompleto	789	540	-957,69%

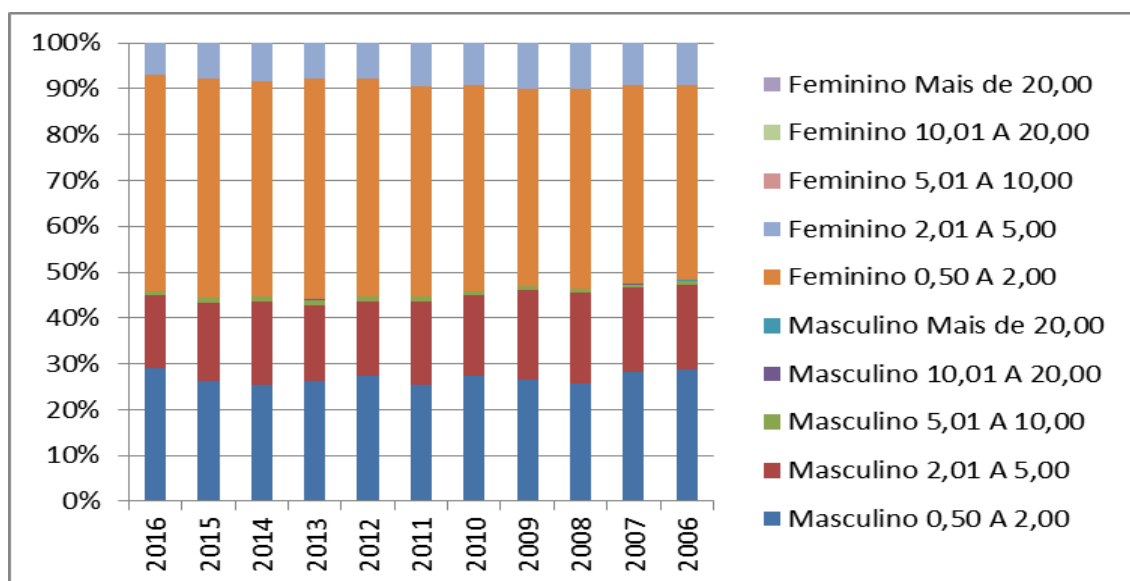
Médio Completo	668	1.262	2284,62%
Médio Incompleto	598	476	-469,23%
Superior Completo	36	80	169,23%
Superior Incompleto	61	79	69,23%
Masculino Total	2.980	3.006	100,00%

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Conforme demonstra na tabela 10, do total da população de trabalhadores e trabalhadoras ocupados na indústria de calçados, verifica-se uma concentração no ensino médio e fundamental completo. Em 2016, os trabalhadores totalizam 1.262 no ensino médio e, em 2006, totalizam 823 no ensino fundamental completo. As trabalhadoras, em 2016, totalizam 1.506 no ensino médio completo e, em 2006, totalizam 805 no ensino fundamental completo. Analisamos que a queda no ensino fundamental teve uma variação de -1007,69%, já no ensino médio a variação foi de 2284,62%, ou seja, da população total ocupada, não houve aumento, mas sim uma troca, pois esta empresa passou a contratar pessoas mais qualificadas, isso justificada a queda do ensino fundamental completo.

O Gráfico 14 apresenta a participação total ocupada na Indústria de Calçados por faixa salarial.

Gráfico 10 - Participação total na Indústria de Calçados, por sexo e faixa salarial Santa Catarina (2006-2016)



Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Percentualmente, como visto, nas indústrias de calçados, a participação de trabalhadoras é superior a de trabalhadores. No entanto, observa-se uma concentração de trabalhadoras na faixa salarial entre 0,5 a 2,00 salários mínimos; no caso dos trabalhadores, verifica-se uma concentração entre as faixas de 0,50 a 5,00 salários mínimos.

### 3.2 SÍNTESE COMPARATIVA DA PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS/ES POR SUBSETORES DA INDÚSTRIA CATARINENSE, NO PERÍODO DE 2006-2016

#### **3.2.1 Participação total por Indústrias, por sexo – Santa Catarina (2006 e 2016)**

Durante o desenvolvimento do trabalho proposto, foi identificado que a visão social, no que diz respeito à participação das mulheres em setores da indústria catarinense, passou por muitas mudanças ao longo dos anos, apresentando avanços em várias áreas do conhecimento. Diante disso, realizamos uma análise comparativa dos cinco subsetores da indústria pesquisados, por sexo, escolaridade, faixa etária e faixa salarial.

Conforme abordado anteriormente no item 2.2.2 Divisão sexual do trabalho na análise da força de trabalho feminina, os papéis sociais designados aos indivíduos de sexo feminino e masculino seguem uma divisão hierárquica.

Conforme coloca Melo e Di Sabatto (2011, p.27), em pesquisa baseada no PNAD/IBGE em 2008, observam que “em uma economia urbana, o grande setor empregador de mão de obra é o setor de serviços, que responde no Brasil por 61,5% da ocupação total, sendo que estas atividades respondem por 75,5% do emprego feminino.” Diante das tabelas abaixo, vamos analisar que isto vem modificando ao longo dos anos, e o aumento da participação na indústria de transformação vem crescendo gradativamente.

Tabela 11 – Participação total por subsetores da indústria, por sexo em SC 206-2016)

Indústria Metalúrgica	Ano	Masculino	%	Feminino	%	Total
	2016	43.352	85,29	7.477	14,71	50.829
	2006	37.369	88,75	4.738	11,25	42.107
Indústria Mecânica	Ano	Masculino	%	Feminino	%	Total
	2016	42.422	79,03	11.257	20,97	53.679
	2006	31.499	85,44	5.367	14,56	36.866
Indústria Química	Ano	Masculino	%	Feminino	%	Total
	2016	30.346	62,59	18.140	37,41	48.486
	2006	28.555	70,41	12.001	29,59	40.556
Indústria Têxtil	Ano	Masculino	%	Feminino	%	Total
	2016	57.669	35,79	103.465	64,21	161.134
	2006	51.476	36,82	88.342	63,18	139.818
Indústria Calçados	Ano	Masculino	%	Feminino	%	Total
	2016	2.998	45,23	3.631	54,77	6.629
	2006	2.975	48,02	3.220	51,98	6.195

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Na tabela acima, observa-se que a participação das mulheres aumentou em todas as indústrias, se comparado o ano de 2006 com o ano de 2016. Na indústria mecânica, 2016 em relação a 2006, houve um aumento de 3,46% de participação das mulheres, em relação à população total ocupada. Na indústria mecânica, houve um aumento de 6,41% de participação das mulheres em relação à população total ocupada. Na indústria química, o aumento foi 7,82% de participação das mulheres em relação à população total ocupada. Na indústria têxtil, apesar de ser a indústria que mais concentra a ocupação de mulheres, o aumento foi de 1,03% da população total ocupada. Na indústria de calçados, o aumento da participação das mulheres foi de 2,79% da população total ocupada. Ou seja, a indústria química, é que mais se destaca. Diante da tabela acima, podemos analisar que a indústria de calçados é a que possui menor participação das mulheres, representando um aumento de 2,79% em relação a 2006 da participação total ocupada.

### 3.2.2 Participação total por Indústrias, sexo e faixa etária – Santa Catarina (2006 e 2016)

Tabela 12 - Participação total por subsetores da indústria, por sexo e faixa etária, em SC (2006-2016)

Subsetores	Ano	Masculino			Feminino		
		Faixa etária			Faixa etária		
Indústria Metalúrgica		10 A 24	25 A 49	50 OU MAIS	10 A 24	25 A 49	50 OU MAIS
	2016	7974	30303	5075	1466	5239	772
	2006	10217	24694	2458	1399	3023	316
Indústria Mecânica		10 A 24	25 A 49	50 OU MAIS	10 A 24	25 A 49	50 OU MAIS
	2016	7301	29926	5195	1989	8297	971
	2006	7895	21724	1880	1477	3682	208
Indústria Química		10 A 24	25 A 49	50 OU MAIS	10 A 24	25 A 49	50 OU MAIS
	2016	6714	20010	3622	3867	12796	1477
	2006	8747	18248	1560	4147	7459	395
Indústria Têxtil		10 A 24	25 A 49	50 OU MAIS	10 A 24	25 A 49	50 OU MAIS
	2016	15019	35679	6971	22691	68244	12530
	2006	17830	30894	2751	26493	57200	4649
Indústria de Calçados		10 A 24	25 A 49	50 OU MAIS	10 A 24	25 A 49	50 OU MAIS
	2016	753	1861	384	880	2352	399
	2006	1130	1682	163	1186	1914	120

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Na tabela acima, observa-se que a faixa etária que possui maior participação é de 25 a 49 anos para todas as indústrias e para ambos os sexos. A indústria química se destaca, quando se trata de um aumento na participação nesta faixa etária. Em 2006, 7.459 mulheres e, em 2016, esta participação passou a ser de 12.796.

Conforme cita Melo e Di Sabbato (2011), podemos ver que A administração pública já tem maioria de mulheres nos seus quadros, expressando a maior escolaridade feminina, o que talvez seja explicado pela maior presença delas nos concursos públicos nacionais.

### 3.2.3 Participação total por Indústrias de calçados, por sexo e escolaridade – Santa Catarina (2006 e 2016)

Tabela 13 - Participação total por subsetores da indústria, por sexo e escolaridade, em SC (2006-2016)

SEXO FEMININO										
Subsetores	Indústria Metalúrgica		Indústria Mecânica		Indústria Química		Indústria Têxtil		Indústria Calçados	
	2006	2016	2006	2016	2006	2016	2006	2016	2006	2016
<b>Grau Instrução</b>										
Analfabeto	10	11	6	14	14	17	171	251	6	14
Fundamental Comp.	898	877	805	619	2.609	2.309	24.602	19.099	805	619
Fundamental Incom.	615	580	967	746	2.014	2.317	23.398	13.751	967	746
Médio Completo	1.904	3.616	798	1.506	4.519	8.595	24.349	49.374	798	1.506
Médio Incompleto	436	510	530	485	1.359	1.779	12.192	11.680	530	485
Superior Completo	460	1.379	39	134	874	2.205	1.458	6.058	39	134
Superior Incompleto	415	504	75	127	612	918	2.172	3.252	75	127
Feminino Total	4738	7.477	3.220	3.631	12.001	18.140	88.342	103.465	3.220	3.631
SEXO MASCULINO										
<b>Grau Instrução</b>										
Analfabeto	86	84	100	46	45	23	81	92	5	8
Fundamental Comp.	9.761	9.098	6354	5002	6.364	4.247	12.851	10.714	823	561
Fundamental Incom.	6.739	4.078	4408	3028	5.029	3.823	12.071	7.594	789	540
Médio Completo	13.982	21.914	13.774	23.757	10.757	15.109	14.591	25.047	668	1.262
Médio Incompleto	4.455	3.951	3639	3684	3.503	3.161	8.399	8.193	598	476
Superior Completo	1.353	3.123	2174	4927	1.716	2.681	1.621	3.945	36	80
Superior Incompleto	1.079	1.188	1150	2024	1.186	1.325	1.943	2.176	61	79
Masculino Total	37.455	43.436	6.200	6.637	28.600	30.369	51.557	57.761	2.980	3.006

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

O grau de instrução que se destaca para todas as indústrias é o ensino médio completo. É interessante analisar que todas as indústrias passaram a exigir um aumento da escolaridade, ou seja, a participação de homens e mulheres com ensino fundamental incompleto e completo decaiu. A grande participação das mulheres, se destaca na indústria do vestuário, no entanto, o baixo grau de instrução, causa a alta rotatividade.



A análise relativa aos dados de 1994, reunidos pela (Rais/MTb,1994), segundo Gazzona (1997, p 94), revela que “a presença feminina é, no entanto, majoritária: 80,45% da mão-de-obra empregada no ramo do vestuário é constituída por mulheres, representando 6,35% do total de mulheres empregadas na indústria de transformação do estado (Rais/MTb\ 1994).”

### 3.2 4 Participação total por Indústrias, sexo e faixa salarial Santa Catarina (2006 e 2016)

Tabela 14 - Participação total por subsetores da indústria, por sexo e faixa salarial, em SC (2006-2016)

<b>Indústria Metalúrgica</b>										
<b>Ano</b>	<b>Masculino</b>					<b>Feminino</b>				
	<b>0,50 A 2,00</b>	<b>2,01 A 5,00</b>	<b>5,01 A 10,00</b>	<b>10,01 A 20,00</b>	<b>Mais de 20,00</b>	<b>0,50 A 2,00</b>	<b>2,01 A 5,00</b>	<b>5,01 A 10,00</b>	<b>10,01 A 20,00</b>	<b>Mais de 20,00</b>
<b>2016</b>	13492	23759	3812	582	103	4148	2644	384	65	6
<b>2006</b>	9970	20729	4825	1059	262	2478	1782	344	67	7
<b>Indústria Mecânica</b>										
<b>Ano</b>	<b>Masculino</b>					<b>Feminino</b>				
<b>2016</b>	10561	24123	5160	1151	240	5806	3986	756	137	11
<b>2006</b>	6042	17631	5412	1575	439	1850	2759	486	145	27
<b>Indústria Química</b>										
<b>Ano</b>	<b>Masculino</b>					<b>Feminino</b>				
<b>2016</b>	11371	15215	2333	513	106	11898	4943	503	87	15
<b>2006</b>	9020	14537	3397	960	322	7464	3665	553	132	23
<b>Indústria Têxtil</b>										
<b>Ano</b>	<b>Masculino</b>					<b>Feminino</b>				
<b>2016</b>	23452	28697	2908	499	183	74892	22019	1649	211	44
<b>2006</b>	18497	27745	3660	618	259	62464	22612	1206	186	29
<b>Indústria de Calçados</b>										
<b>Ano</b>	<b>Masculino</b>					<b>Feminino</b>				
<b>2016</b>	1858	1007	52	2	0	3019	435		0	0
<b>2006</b>	1759	1138	53	6	1	2619	554		3	0

Fonte: RAIS – MTE (BRASIL, 2006-2016).

Quando se trata faixa salarial, da população total ocupada, em todas as indústrias, a maior parte das mulheres recebe até 2,00 salários e os homens, de 2,01 a 5,00 salários. A indústria têxtil, que possui maior participação de mulheres, segue a mesma tendência. No período de 10 anos, isso não mudou. Em um estudo realizado no Rio Grande do Sul, citado na fundamentação teórica, Gazzona (1997) menciona que as mulheres estavam presentes na maior parte, na indústria do vestuário, no entanto a maior parte das indústrias era micro e pequenas empresas, ou seja, as quais as mulheres não possuíam carteira assinada. Isso mostra que mesmo diante do desenvolvimento ao longo dos anos e a participação das mulheres ser visível e comprovável, a faixa salarial é muito inferior a dos homens,

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo de conclusão de curso teve como tema a participação socioeconômica de trabalhadoras em subsetores da indústria catarinense (2006-2016). Como principais conclusões, destaca-se que a participação das mulheres ocorreu em todos os subsetores pesquisados. No entanto, observa-se o predomínio de trabalhadoras na indústria têxtil e de trabalhadores nas indústrias metal mecânica e metalúrgica.

A escolaridade predominou para ambas as indústrias, o ensino médio completo, entretanto, as mulheres são mais escolarizadas que os homens. No período de 10 anos, conseguimos identificar que as indústrias deixaram de contratar pessoas menos escolarizadas, ou seja, a participação aumentou, mas com grau de escolaridade maior.

Quando se trata de remuneração, a situação para as mulheres mesmo diante do aumento na participação, ainda é desigual. A indústria que ainda melhor remunera, é a indústria têxtil. Para os homens, diante da população total ocupada, todas remuneram de forma equiparada, mas a indústria mecânica se destaca, quando se trata da faixa de 5,01 a 10,00 salários.

Após esta pesquisa realizada, verificou-se que a participação das mulheres no setor da indústria aumentou ao longo dos anos, no entanto a disparidade hierárquica e salarial ainda permanece. As indústrias mecânica e química foram as que apresentaram maior participação das mulheres, depois da indústria têxtil, no período de 2006 a 2016.

Ao desenvolver esta pesquisa, alguns limites e algumas dificuldades foram encontrados no decorrer do desenvolvimento, tais como escassos estudos atuais sobre gênero e trabalho nas ciências econômicas. A partir das conclusões obtidas neste estudo, temos então alguns indicativos de pesquisas futuras, tais como estudos por subsetores de cada indústria, por exemplo, no subsetor da indústria da têxtil, realizar um estudo mais específico sobre a participação de trabalhadoras/es na indústria do vestuário.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p.188-197, dez.2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/08.pdf>>. Acesso em: 19 mar.2018.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, Ago. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 Mar. 2018.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. Participação feminina na força de trabalho brasileira: evolução e determinantes. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). Novo Regime Demográfico: Uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio De Janeiro: IPEA, 2014. p. 407-426. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=23975](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23975)

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cad. Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>>. Acesso em: 28 abr.2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>.

IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. **São Paulo em perspectiva**. v.8, n.1, p.2-12, janeiro/março 1994. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01\\_01.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf). Acesso em: 19 mar.2018.

KON, Anita Okret. **Economia do trabalho: Qualificação e segmentação no Brasil**. São Paulo: Alta Books, 2016.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. Capítulo V – O processo de trabalho, p. 326-337.

MELO, Hildete Pereira. O TRABALHO INDUSTRIAL FEMININO. TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 764, IPEA, 2000. [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0764.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0764.pdf)

MELO, Hildete Pereira; SERRANO, Franklin. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, Neuma. (Org.) **Gênero e Ciências Humanas: desafio às**

ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p.137-159. Disponível em:  
[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1416/aguiar\\_\\_neuma\\_genero\\_e\\_ciencias\\_humanas.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/aguiar__neuma_genero_e_ciencias_humanas.pdf)

SILVA, Lorena Holzmann. Admitimos mulheres para trabalhos leves. **Revista Estudos Feministas**, ano 3, n.2, p. 349-361, 1995. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16445/15026>.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil: issues and policies in Brazil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 37, n. 132, p. 573-594, dez. 2007. Disponível em  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 mar. 2018.